

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

NAZARÉ ALEIXO FERREIRA

EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA JOVENS E ADULTOS QUE FREQUENTAM O
CENTRO DA JUVENTUDE DE PINHAIS

PINHAIS

2024

NAZARÉ ALEIXO FERREIRA

EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA JOVENS E ADULTOS QUE FREQUENTAM O
CENTRO DA JUVENTUDE DE PINHAIS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para a Pós-Graduação em Alternativas para uma Nova Educação, setor Litoral da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Educação.

Orientadora: Profa. Mestre Ivone Rodrigues Macena Barossi.

PINHAIS

2024

Aos nossos antepassados que contribuíram com suas histórias de luta e caminhada.

À Nicole e Thays pelo afeto compartilhado diariamente e pelo colo que sempre me acolhe.

Ao Allan (in memoriam) que me ensinou tanto sobre o amor.

Aos amigos e familiares que apoiam os sonhos e incentivam.

Aos que não estão aqui, mas fazem parte de mim e de minha história.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a educação financeira sob uma perspectiva crítica, contextualizada nas dinâmicas sociais, econômicas e culturais que impactam jovens em situação de vulnerabilidade. Considerando a questão social, conforme fundamentada por Yamamoto (2001), reflete-se diretamente sobre as desigualdades estruturais da sociedade capitalista e sua relação com o acesso a recursos e oportunidades. A abordagem de Rubem Alves e Edgar Morin sustenta que a educação financeira deve transcender técnicas tradicionais, permitindo um pensamento crítico, consciência social assim como reflexão acerca de questões éticas e ambientais. A pesquisa foi realizada no Centro da Juventude de Pinhais/PR, com atividades participativas relacionadas à educação financeira, à organização de metas pessoais e reflexões acerca das desigualdades sociais. Identificou-se que os jovens conectam o dinheiro aos seus sonhos, porém enfrentam diversas barreiras impostas pela estrutura socioeconômica, reforçando a necessidade de políticas públicas integradas. Também discutiu-se o Antropoceno como marco das inter-relações entre escolhas financeiras, sustentabilidade e responsabilidade social. A pesquisa revelou que a educação financeira deve ser uma ferramenta para autonomia, protagonismo social e formação de cidadãos críticos, capazes de contribuir de modo responsável para uma sociedade mais justa e sustentável.

Palavras-chave: Educação financeira. Questão social. Neoliberalismo.

ABSTRACT

This study aims to analyze financial education from a critical perspective, contextualized within the social, economic, and cultural dynamics that impact vulnerable youth. Considering the concept of the social question, as defined by lamamoto (2001), the study directly addresses the structural inequalities of capitalist society and their relationship with access to resources and opportunities. The approach by Rubem Alves and Edgar Morin supports the idea that financial education should go beyond traditional techniques, fostering critical thinking, social awareness, and reflection on ethical and environmental issues. The research was conducted at the Youth Center of Pinhais, with participatory activities related to financial education, goal-setting, and reflections on social inequalities. It was found that young people connect money to their dreams but face various barriers imposed by the socioeconomic structure, emphasizing the need for integrated public policies. The study also explored the Anthropocene as a framework for understanding the interrelationships between financial choices, sustainability, and social responsibility. The research revealed that financial education should serve as a tool for autonomy, social empowerment, and the development of critical citizens capable of contributing responsibly to a more just and sustainable society.

Keywords: Financial education. Social question. Neoliberalism.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	6
2.	SOBRE PINHAIS E CENTRO DA JUVENTUDE.....	11
2.1.	BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DE PINHAIS.....	11
2.2	CENTRO DA JUVENTUDE DE PINHAIS.....	14
3.	EDUCAÇÃO FINANCEIRA.....	18
4.	DEBATE DA QUESTÃO SOCIAL.....	21
4.1	A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA E EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL.....	25
5.	RUBEM ALVES E EDGAR MORIN.....	26
5.1	EDUCAÇÃO FINANCEIRA A LUZ DE RUBEM ALVES.....	26
5.2	EDUCAÇÃO FINANCEIRA À LUZ DE EDGAR MORIN.....	28
6.	METODOLOGIA.....	30
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
8.	REFERÊNCIAS.....	35
9.	APÊNDICE A - BANNER.....	38

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso desponta através das inquietações surgidas na experiência no campo de trabalho realizado na Cooperativa de Crédito Mútuo dos Trabalhadores do Sistema Financeiro de Curitiba e Região - COOCREFI e pretende trabalhar a importância da Educação Financeira para organização financeira.

A Cooperativa de Crédito Coopcrefi foi criada em 22 de maio de 2003 e surge através de uma iniciativa conjunta dos trabalhadores do Ramo Financeiro em conjunto com lideranças sindicais. Durante esse período, a cooperativa tem trabalhado com a orientação dos trabalhadores e com a comunidade sobre maneiras de desenvolver políticas de crédito com taxas justas e menores juros comparados ao do mercado convencional, permitindo dessa maneira a valorização da renda do trabalhador assim como da comunidade local.

Cooperativa de crédito é uma instituição financeira formada pela associação de pessoas para prestar serviços financeiros exclusivamente aos seus associados. Os cooperados são ao mesmo tempo donos e usuários da cooperativa, participando de sua gestão e usufruindo de seus produtos e serviços. Nas cooperativas de crédito, os associados encontram os principais serviços disponíveis nos bancos, como conta-corrente, aplicações financeiras, cartão de crédito, empréstimos e financiamentos. Os associados têm poder igual de voto independentemente da sua cota de participação no capital social da cooperativa. O cooperativismo não visa lucros, os direitos e deveres de todos são iguais e a adesão é livre e voluntária.

Na Coopcrefi os associados têm disponível algumas linhas de crédito. Os associados, independentemente de suas cotas, têm o mesmo poder de voto. O cooperativismo não visa o lucro e, direitos e deveres são iguais para todos. Os cooperados podem optar pela linha crédito que melhor lhe atende e o resultado positivo da cooperativa é repartido entre os associados.

O Banco Central autoriza e supervisiona as cooperativas de crédito. A Política Nacional de Cooperativismo, definida pela Lei nº 5.764/1971, instituiu o regime

jurídico das sociedades cooperativas, suas características definiu os princípios do cooperativismo e os seguintes tipos de cooperativas, podendo ser Singulares, Centrais ou federações de cooperativas ou Confederações de cooperativas centrais.

Quanto ao Sistema Nacional de Crédito Cooperativo, foi através da Lei Complementar nº 130/2009 que foram definidos os objetivos das Sociedades Cooperativas de Crédito, permitindo às cooperativas de crédito, além de outras operações, conceder crédito e captar depósitos à vista e a prazo.

A Coopcrefi trabalha com bancários de Curitiba e região. Assim como as demais cooperativas, seguem normas e regras do sistema financeiro, sendo regulamentada pelo Banco Central.

Os cooperados entram em contato através de atendimento telefônico, geralmente via whatsapp podendo ser presencialmente. Para a solicitação das linhas de crédito é solicitado o encaminhamento da documentação, que é enviada ao comitê de crédito, responsável pela análise, de acordo com normas já estabelecidas, para liberação do empréstimo.

Durante esse atendimento é possível se fazer uma leitura dos problemas financeiros enfrentados pelos cooperados que procuram empréstimos.

Muitos são os casos onde os cooperados ganham mais de quatro salários e são desorganizados financeiramente, acumulando endividamento e comprometendo grande parte de sua renda, sendo incluídos em órgãos de proteção ao crédito.

Justifica-se a importância desse trabalho pela necessidade de um melhor debate sobre Educação Financeira com os adolescentes e adultos, uma vez que se tem alcançado visibilidade nos dias atuais, sendo reconhecida como prática para busca do bem-estar e a qualidade de vida das pessoas de distintas classes e contextos sociais. Mas acima de tudo, deve ser um processo que estimule o desenvolvimento do conhecimento, das habilidades e aptidões, buscando transformar indivíduos em pessoas críticas, informadas acerca de serviços financeiros e preparados para administrar suas próprias finanças, conscientes das influências recebidas pelas propagandas, assim como, as facilidades do mercado, como o crédito imediato, que acabam levando a um consumo desenfreado e endividamento pessoal.

Dessa maneira, entende-se a importância de ouvir o jovem, dialogar com ele, saber dele quais são suas expectativas em relação ao futuro e, permitir que reflita em que aspectos a Educação Financeira o ajudará na tomada de decisões em sua vida.

Diante desta realidade, o projeto proposto para jovens e adultos que frequentam o Centro da Juventude de Pinhais é a Educação Financeira, que oferece através de palestras, rodas de conversas e oficinas, para contribuir no planejamento financeiro das famílias, buscando fortalecer ações que desenvolvam reflexões sobre gastos conscientes.

Considerando que as cooperativas desempenham um papel fundamental na educação financeira, especialmente em comunidades onde o acesso a recursos financeiros e a informações sobre gestão econômica é limitado, será trabalhado com os jovens sobre o cooperativismo e a promoção do conhecimento financeiro.

Nesse sentido, construímos os objetivos, sendo o geral:

Contribuir com o planejamento financeiro das famílias, a conscientização ambiental assim como, a importância da educação na vida dos jovens.

E os específicos:

- Oferecer esclarecimentos sobre a postura e atitudes adequadas no planejamento e uso dos recursos financeiros pessoais, desenvolvendo comportamentos conscientes a partir dos conceitos sobre orçamento financeiro;

- Refletir a respeito da responsabilidade dos jovens e adultos, com o meio ambiente, aprendendo a dar importância ao hábito de economizar, reutilizar, gerando consciência de investimentos em qualidade de vida;

- Trabalhar a importância dos estudos para o futuro dos jovens, como meio de compreensão da realidade, da vida, do meio ambiente, assim como as interações do homem com o mundo.

A perspectiva metodológica utilizada neste trabalho será descritiva, bibliográfica e documental.

Conforme Cervo e Bervian (2002, p.63), “ A pesquisa é uma atividade voltada para a solução de problemas teóricos ou práticos com o emprego de processos científicos, como também na sua finalidade terá objetivos distintos e resultados diferentes”.

A pesquisa bibliográfica é realizada a partir de documentos já publicados, com o propósito de conhecer e analisar assuntos, temas e problemas e/ou científicos do passado existente. Como parte da pesquisa experimental ou pesquisa descritiva, essa pesquisa é realizada a partir de informações e conhecimentos para um problema que precisa de resposta.

A pesquisa documental se assemelha muito à bibliográfica, segundo Fonseca (2002),

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA 2002. p. 32)

Utilizaremos também a pesquisa qualitativa, que preocupa-se com o aprofundamento de uma organização, de um grupo social, etc. Os pesquisadores qualitativos não podem fazer julgamentos ou deixar que seus preconceitos e crenças interfiram na pesquisa.

Esta pesquisa se preocupa com a subjetividade dos sujeitos envolvidos e reconhece neste, a sua rica experiência em seu contexto social, como parte de um processo sócio histórico, onde é indissociável o vínculo entre o mundo objetivo e esta subjetividade. Para Chizzotti (2003),

O termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível. Após este tirocínio o autor

interpreta e traduz em um texto zelosamente escrito, com perspicácia e competência científicas, os significados patentes ou ocultos de seu objeto de pesquisa (CHIZZOTTI, 2003, p. 221-236)

Utilizaremos a pesquisa qualitativa, que busca o aprofundamento de uma organização, de um grupo social, etc. Os pesquisadores que optam por abordagem qualitativa contrariam o pressuposto que toma como verdade um modelo único de pesquisa para todos os tipos de ciências, considerando que ciências sociais têm sua especificidade, presumindo uma metodologia própria. Os pesquisadores qualitativos não podem fazer julgamentos ou deixar que seus preconceitos e crenças interfiram na pesquisa. Para Gil (1991),

Há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicos no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem (GIL, 1991, 28).

Foram realizadas duas palestras, com a participação de dois grupos, totalizando 15 jovens, que frequentam o Centro da Juventude de Pinhais. As palestras foram conduzidas por Selio de Souza Germano, diretor financeiro da Coopcrefi, com mais de 40 anos de experiência no mercado financeiro. Durante o encontro, houve a participação ativa dos jovens, que fizeram perguntas e compartilharam comentários sobre os temas discutidos, promovendo um ambiente de diálogo e reflexão sobre a Educação Financeira.

2. SOBRE PINHAIS E CENTRO DA JUVENTUDE

Esse projeto foi desenvolvido no Centro da Juventude, em Pinhais, no estado do Paraná. Pinhais se destaca por ser uma das menores cidades em extensão territorial do estado. Tem uma proximidade com a capital Curitiba e significativa densidade populacional. O Centro da Juventude de Pinhais está vinculado à Secretaria Municipal da Assistência Social e busca o desenvolvimento integral de adolescentes e jovens, oferecendo atividades culturais, educativas e esportivas. Dessa maneira entende-se a relevância desse projeto, que busca o atendimento das demandas e o fortalecimento de oportunidades para a juventude.

2.1 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DE PINHAIS

Pinhais tem sua história de ocupação diretamente ligada à de Curitiba. Conforme Cecília Westphalen (1969), os primeiros habitantes da Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais se estabeleceram nas margens do Rio Atuba, que faz divisa com Pinhais. Conforme a autora, Hiliodoto Ébano foi enviado do Rio de Janeiro, pelo governador, teria sido a atravessar a serra vindo do litoral. Ébano registrou em seu mapa a existência de um povoado próximo ao Rio Atuba, em Pinhais. Mais tarde grande parte do povoado mudou-se para Curitiba.

Um dos principais motivos para essa mudança está ligada ao símbolo religiosos, uma imagem de Nossa Senhora da Luz, erguida pelos colonizadores da região “sempre amanhecia com olhar voltado para a direção de uma localidade que os índios chamavam de Curitiba. Os habitantes resolveram se mudar para o novo horizonte, sendo bem recebidos pelos índios” (OLIVEIRA, 2001, p. x).

Os habitantes que permaneceram morando no local mantinham a plantação de alguns cereais e criação de animais, para própria subsistência.

No final do século XVII, com a descoberta de ouro nas minas gerais, houve a construção de grandes propriedades que serviam de pousadas para tropas que tinham como destino São Paulo ou Minas Gerais.

De acordo com Dudeque (1995), com o declínio da extração de ouro, houve estagnação da economia. Somente mais tarde ocorre a expansão do tropeirismo e exploração da erva mate.

Com o tropeirismo a economia se fortaleceu e formou uma elite que buscou emancipação política do Paraná. Em 1853 cria-se a Província do Paraná.

A produção de erva mate produzida no Paraná era enviada para Paranaguá passando por Pinhais e eram fundamentais para o abastecimento de Curitiba. Inaugurada em 1873, a Estrada da Graciosa ligava o Porto de Paranaguá a Curitiba.

A construção de uma ferrovia, que liga Paranaguá e Curitiba e a construção de uma estação de trem, passa a atrair novos moradores para a região, devido sua importância econômica e política.

Pinhais pertencia ao município de Curitiba até final de 1890. Em 1930 foram estabelecidas mudanças político administrativas e Pinhais passa a pertencer ao município de Piraquara.

Pinhais se desmembrou de Piraquara em 20 de março de 1992. Um dos municípios que mais cresceram na Região Metropolitana de Curitiba nos últimos anos, é o menor município do Estado do Paraná em extensão territorial e está localizado a apenas 9 km do centro da capital paranaense. Segundo dados do IBGE (2022), Pinhais possui 127.019 habitantes e é uma das cidades mais desenvolvidas da Região Metropolitana de Curitiba e do Paraná.

Hoje Pinhais conta com a instalação de mais de 16 mil empresas da área da indústria metal mecânica, plástico e prestação de serviços. Foi apontada pelo índice Firjan de Desenvolvimento Municipal como uma das cidades mais desenvolvidas da Região Metropolitana de Curitiba.

Pinhais conta com um meio ambiente preservado, com praças e parques com extensas áreas verdes, como o Parque das Águas e Bosques Municipais.

O município tem investido no planejamento, conservação e educação ambiental, contato com um Horto de 70 mil m², que produz 100 mil mudas de flores e 125 mil mudas de árvores anualmente, que são utilizadas para paisagismo e conservação de espaços públicos.

Em 2023, o município recebeu o 1º lugar em Sustentabilidade na etapa nacional do Prêmio Band Cidades Excelentes, sendo também finalista nacional no pilar Saúde e Bem-estar, ficando em 2º lugar e no IGMA (Índice de Gestão Municipal Aquila), que reúne dados de indicadores sociais.

A cidade conta com ações e projetos das Secretarias Municipais de Assistência Social e de Cultura, Esporte e Lazer (SEMAS e Semel). A primeira presta atendimento para pessoas em situação de vulnerabilidade social, por meio dos CRAS, CREAS, Centro de Referência Maria da Penha e Espaço de Convivência e Cidadania.

Os jovens que moram na região têm disponível o Centro da Juventude de Pinhais, um espaço acessível de convivência para adolescentes e jovens da região que oferece atividades de lazer, esportes, cultura e qualificação profissional.

2.2 CENTRO DA JUVENTUDE DE PINHAIS

Destinado ao desenvolvimento integral de adolescentes e jovens, no Centro da Juventude são ofertadas ações que promovam convivência, formação cidadã, atividades culturais, esportes e lazer, e trocas de experiências.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/1990 dispõe em seu artigo 3º que:

“A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.” (BRASIL, 2010).

Para uma melhor compreensão acerca do público com quem foi trabalhado neste projeto, consideramos importante um debate sobre juventude e adolescência.

A adolescência é compreendida como um período biopsicossocial e, conforme a Organização Mundial de Saúde - OMS (1965), ocorre dos 10 aos 20 anos. Para o Estatuto da Criança e do Adolescente, o período vai dos 12 aos 18 anos (Brasil, 2007c). Inicia-se com mudanças corporais da puberdade e finaliza com a inserção profissional, social e econômica na sociedade adulta (Formigli, Costa & Porto, 2000).

As mudanças biológicas são universais e visíveis, além disso, ocorrem mudanças cognitivas, sociais e percepções sobre a vida, gerando transformações que afetam o indivíduo, família e sociedade.

Para Kalina e Laufer (1974) a adolescência é entendida como o segundo grande salto para a vida, além disso, o salto em direção a si mesmo, como ser individual.

De acordo com os dados do Censo Demográfico de 2022, hoje o Brasil tem aproximadamente 21 milhões de jovens entre 15 a 24 anos, o que corresponde a

cerca de 9,8 % da população do país. Esses dados nos retratam a importância de políticas públicas pensadas para esse público.

Conforme a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), juventude é uma etapa do ciclo da vida que possui valor em si mesma. Nessa fase ocorre conformação de valores, busca pela inserção na sociedade e identidades, sendo um período crucial para o desenvolvimento humano, marcado pela construção de trajetórias sociais e pessoais e busca por autonomia e cidadania.

Com a conscientização da necessidade de um olhar mais atento para essa população, assim como avanços teóricos, foram dados alguns passos na luta por direitos, como a promulgação do Estatuto da Crianças e Adolescente, a criação da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude.

Com o Estatuto da Criança e Adolescente aconteceram muitos avanços nos direitos da criança e do adolescentes.

Com os avanços e a institucionalização da Política Nacional de Juventude fica consolidado com o Estatuto da Juventude, Lei Nº 12.852 de 05 de agosto de 2013, um instrumento legal que reúne direitos e deveres da juventude brasileira, trazendo o Estado como garantidor dos direitos, conforme e a Cartilha 10 Anos do Estatuto da Juventude,

O Estatuto estabelece o dever do Estado na garantia dos direitos para as pessoas com idade entre 15 e 29 anos, distribuídos em 11 eixos: direito à participação social; à educação; à profissionalização, trabalho e à renda; à diversidade e à igualdade; à saúde; à cultura; à comunicação e liberdade de expressão; ao desporto e ao lazer; ao território e à mobilidade; à sustentabilidade e ao meio ambiente; e à segurança pública e acesso à justiça. (BRASIL, 2023)

Em 2005, com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ocorrem novos avanços, com a implementação aos direitos de proteção social mínima e a abordagem focal dos que se encontram em situações de risco e tiveram seus direitos violados (Brasil, 2005)

As diretrizes dos Centros da Juventude foram estabelecidas pela Portaria Nº 879/2001 e tem como pauta o tripé para suas atividades: informação, esporte e

cultura, buscando o protagonismo juvenil, a universalização dos direitos dos jovens, o respeito à dignidade do jovem cidadão e o reconhecimento da escolaridade como principal elemento de crescimento individual do jovem (BRASIL, 2001).

A proposta pedagógica do Centro da Juventude está baseada na cidadania, na convivência e na formação e objetiva possibilitar adolescentes e jovens a produções culturais e artísticas, participação em atividades esportivas, assim como seu desenvolvimento pessoal, profissional e político.

O Programa Centro da Juventude é um equipamento que oferta serviços para adolescentes e jovens em comunidades com índices de vulnerabilidade, sendo caracterizado como um Programa da rede socioassistencial de Proteção Social, uma vez que, seus objetivos convergem com os objetivos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, da Proteção Social Básica – PSB da Política de Assistência Social, sendo os objetivos:

- Assegurar espaços de referência para o convívio grupal, comunitário e social e o desenvolvimento de relações de afetividade, solidariedade e respeito mútuo; - Possibilitar a ampliação do universo informacional, artístico e cultural das crianças e dos adolescentes, bem como estimular as potencialidades, habilidades, talentos e propiciar sua formação cidadã” - Estimular a participação na vida pública do território e desenvolver competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo; - Contribuir para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional. (MDS, 2009, p.13).

Como forma de efetivação desses objetivos foi implantado nos Centros da Juventude uma ação que disponibiliza o pagamento de bolsas auxílio aos jovens do programa Agentes da Cidadania, buscando incentivar o protagonismo juvenil, a construção de sua identidade a partir do pertencimento da comunidade e sua participação social.

Os adolescentes e jovens Agente de Cidadania precisam cumprir dez horas semanais, planejando e executando atividades de acordo com seu interesse e suas habilidades.

O projeto Educação Financeira para Jovens e Adultos de Pinhais/ PR foi realizado com os Agentes da Cidadania do Centro da Juventude de Pinhais, localizado no bairro Maria Antonieta, em Pinhais/PR.

Inaugurado em 2012, o Centro da Juventude de Pinhais é um equipamento vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e seu objetivo é o atendimento da população jovem do município, oferecendo gratuitamente, oficinas e atividades culturais, artes marciais e modalidades esportivas.

3. EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A educação financeira tem se tornado uma preocupação crescente em diversos países, gerando debates e aprofundamentos sobre o assunto.

Apesar das diversas críticas sobre a abrangência de programas e dos resultados, é importante que sejam desenvolvidas ações planejadas de habilitação da população.

Com as mudanças econômicas e sociopolíticas durante as últimas décadas, três forças tiveram um reflexo direto: globalização, o desenvolvimento da tecnologia e alterações regulatórias de caráter neoliberal, que levaram à redução do Estado na proteção social.

Na década de 1990, influenciado pela globalização, o Brasil passa por um processo de reformas econômico neoliberal, período marcado pela abertura econômica, privatização de empresas estatais e redução do Estado na economia. O Estado deixa de ser provedor de bens e serviços e passa a se concentrar na garantia para o funcionamento do mercado, não intervindo na produção e distribuição de renda.

Esse contexto contribuiu para a necessidade de se debater acerca da educação financeira. A diminuição do papel do Estado em várias áreas da economia, a educação financeira se torna uma ferramenta para capacitar os indivíduos a tomarem decisões informadas sobre seus recursos financeiros.

A Educação Financeira é uma discussão presente a muito tempo nos lares mundiais, no entanto, tem sido discutida e difundida de maneira sistemática, tanto no Brasil como no mundo, a partir das propostas e ações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que define a Educação Financeira:

[...] como o processo pelo qual consumidores e investidores melhoram sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros, e obtêm informação e instrução, desenvolvem habilidades e confiança, de modo a ficarem mais cientes sobre os riscos e

oportunidades financeiras, para fazerem escolhas mais conscientes e, assim, adotarem ações para melhorar seu bem-estar (OCDE, 2005 ,p. 26).

No Brasil a educação financeira começou a ser desenvolvida a partir do ano de 2010 com a publicação do Decreto nº 7.397/2010 que instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). A ENEF reúne atores do mercado bancário, valores mobiliários, seguros, previdência, educação e defesa do consumidor com a finalidade de convergir esforços para promover a educação financeira em todo o país.

Em grande parte, a Educação Financeira é controlada por instituições financeiras. A ENEF é constituída por instituições bancárias, órgãos financeiros e instituições privadas. Regulamentada anteriormente pelo Decreto 7.397/2010 (Brasil, 2010b), que possuía cunho mercadológico e foco a bancarização, foi substituída pelo Decreto 10.393/2020 (Brasil, 2020), com grande ênfase na educação previdenciária e previdência privada, diminui a participação da população nas ações de Educação Financeira.

Foi em 2017 que a Educação Financeira passou a fazer parte do currículo brasileiro, sendo incluída na Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2018), como Tema Contemporâneo Transversal e Integrador. No entanto, o tema ainda é pouco explorado e, apenas uma vez, relacionada às Ciências Humanas e Sociais Aplicadas envolto na discussão sobre a categoria Política e Trabalho desta área do conhecimento, argumentando que:

Atualmente, as transformações na sociedade são grandes, especialmente em razão do uso de novas tecnologias. Observamos transformações nas formas de participação dos trabalhadores nos diversos setores da produção, a diversificação das relações de trabalho, a oscilação nas taxas de ocupação, emprego e desemprego, o uso do trabalho intermitente, a desconcentração dos locais de trabalho, e o aumento global da riqueza, suas diferentes formas de concentração e distribuição, e seus efeitos sobre as desigualdades sociais. Há hoje mais espaço para o empreendedorismo individual, em todas as classes sociais, e cresce a importância da educação financeira e da compreensão do sistema monetário contemporâneo nacional e mundial, imprescindíveis para uma inserção crítica e consciente no mundo atual. Diante desse cenário, impõem-se novos desafios às Ciências Humanas, incluindo a compreensão dos

impactos das inovações tecnológicas nas relações de produção, trabalho e consumo (Brasil, 2018 , p. 568).

Tanto a OCDE quanto a ENEF e a BNCC seguem alinhadas a ideias neoliberais, de responsabilização e culpabilização dos indivíduos e desresponsabilizando os governos. Dessa maneira, é importante que a Educação seja pensada de modo mais amplo, englobando aspectos ambientais, éticos, políticos atendendo a justiça social.

4. DEBATE DA QUESTÃO SOCIAL

Consideramos importante o debate da questão social uma vez que está diretamente ligada às desigualdades sociais e as relações de poder que estruturam a sociedade capitalista. No modo de produção capitalista em sua etapa neoliberal onde os interesses do capital atingem domínios de super exploração da força de trabalho, conquistar direitos é um desafio imenso, considerando os momentos de avanços, mas também de retrocessos.

Nas palavras do historiador inglês, Eric Hobsbawm 87 (2007, p. 11):

“A globalização, acompanhada de mercados livres, atualmente tão em voga, trouxe consigo uma dramática acentuação das desigualdades econômicas e sociais, no interior das nações e entre elas. Não há indícios de que essa polarização não esteja prosseguindo dentro dos países, apesar de uma diminuição geral da pobreza extrema. Este surto de desigualdade, especialmente em condições de extrema instabilidade econômica com as que se criaram com os mercados livres globais desde a década de 1990, está na base das importantes tensões sociais e políticas do novo século O impacto dessa globalização é mais sensível para os que menos se beneficiam dela (...).”

No seu primeiro relatório, em 2010, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) acerca da distribuição de renda na América Latina, declara que esta é a região mais desigual do mundo (ONU-PNUD,2010). No entanto, o grau de concentração de propriedade segue inalterado desde 1985.

A questão social está diretamente ligada a sociedade de classes e seus antagonismos e envolve lutas políticas e culturais contra desigualdades produzidas socialmente, fruto de um desenvolvimento desigual construído historicamente.

A sua gênese se encontra em um caráter coletivo da produção e da apropriação privada do trabalho, seus frutos e as condições para sua realização. Dessa maneira está diretamente ligada a emergência do trabalhador que depende da venda de suas forças de trabalho para suprir suas necessidades. Marx (1985)

alerta sobre o trabalho e a acumulação de riquezas serem dimensões de um mesmo movimento, fruto do trabalho da população, trabalho, pago ou não pago.

O capital é uma relação social e tende a expandir-se por meio de apropriação do trabalho não pago. O seu ciclo está ligado à ampliação do capital investido em meios de produção, aumentando a produtividade do trabalho e reduzindo o investimento na força de trabalho. Outro resultado dessa relação é o aumento da superpopulação relativa, que sobra, crescendo dessa maneira o desemprego e a precarização das relações de trabalho. O processo de acumulação aumenta a desigualdade entre as classes sociais, restringindo a capacidade de consumo.

Como afirma Chesnais (2012, p. 2), a superacumulação de capacidades de produção e a relativa superprodução de mercadorias ante a taxa mínima de lucro com a qual os capitalistas continuam investindo e produzindo – é o substrato fundamental da crise. O capital tem que encontrar mercados para compra e venda da produção, dispor de poder de compra de parte do consumidor e de lócus para investimento do chamado “excesso de liquidez”: da massa crescente de capital dinheiro a procura de um nicho rentável para reproduzir-se. A maior barreira que o capital encontra novamente frente a si mesmo é fruto de sua insaciável sede de mais-valia.

Mas como já indicou Marx: “A razão última de todas as crises reais é sempre a pobreza e a restrição do consumo das massas em face do impulso da produção capitalista a desenvolver as forças produtivas, como se apenas a capacidade absoluta de consumo da sociedade constituísse seu limite” (MARX, 1985, Livro III, p. 30)

A questão social concentra as múltiplas desigualdades nas relações de gênero, étnico raciais, relações com o meio ambiente e as formações regionais, afetando os mais amplos segmentos da sociedade. Por ter dimensão estrutural, atinge a vida dos sujeitos numa luta aberta e surda pela cidadania (IANNI, 1992), em relação ao respeito aos direitos civis, sociais e políticos.

Tal processo causa expressa consciência da necessidade de luta pelos indivíduos. As lutas sociais rompem o domínio privado das relações entre capital e trabalho e transborda para a esfera pública, passando a exigir a interferência do Estado na legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais, relevantes nas políticas e nos serviços sociais.

No contexto da expansão capitalista existente no pós-guerra, a partir do surgimento do capitalismo monopolista, a expansão produtiva fordista e a organização dos trabalhadores surge uma nova estratégia hegemônica do capital (Montano e Duriguetto, 2010,p.149) que agrega a classe trabalhadora industrial urbana. O Estado passa a assumir tarefas nessa nova fase de acumulação capitalista e conflitos sociais, trabalhando de forma pontual esses conflitos.

A pobreza e a miséria, expressões da questão social, são percebidas nesse contexto a partir definições keynesianas (cf. Montaño e Duriguetto, 2010, p. 55-60 e 161-179), sendo considerado problema na distribuição do mercado e um desajuste na relação oferta e demanda de bens e serviços.

Na sociedade capitalista, onde a produção se torna suficiente para abastecer toda a população, a desigualdade é fruto do desenvolvimento das forças produtivas e a desigualdade, consequência do processo que, combina empobrecimento e acumulação.

No capitalismo, ao ponto que as forças produtivas se desenvolvem, existe maior concentração de acumulação e maior pobreza (cf. Marx, 1980, I, p. 712 e ss.). Quanto mais riqueza é produzida pelo trabalhador, maior é a exploração pelo capital, gerando desigualdade social e pauperização absoluta.

O sistema capitalista e seu desenvolvimento não promove distribuição de riqueza, mas concentração de capital e desigualdade social.

O debate acerca da questão social em produções estudadas mostra a ressignificação desta expressão no campo da teoria social marxista, traduz processos sociais centrais da análise desse pensador acerca da sociedade burguesa. Segundo iamamoto (2001)

A questão social diz respeito ao conjunto das expressões de desigualdades engendradas na sociedade capitalista madura, Impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo de produção contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho - das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos (...) expressa portanto disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais mediatizadas por relações de gênero, características ético raciais e

formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal (...) Esse processo à denso de conformismos e resistência, forjados ante as desigualdades. Expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos sociais e políticos de todos os indivíduos sociais (IAMAMOTO, 2001. P17)

A autora realça que, a questão social como "parte constitutiva das relações sociais capitalistas que, sintetizando múltiplas desigualdades, revela "o anverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social." (IAMAMOTO, 2001, p.10).

Essas relações são abordadas a partir dos fundamentos da economia política marxiana, sendo que, os elementos destacados se referem a teoria do valor trabalho, a (re) produção das relações sociais, e a lei geral de acumulação capitalista, utilizados para análises que esclarecem o caráter da questão social.

Considerando a forma histórica que o trabalho assume na sociedade burguesa, a análise das desigualdades sociais inclui mediações referentes ao campo da cultura, do gênero, da raça, da política, da etnia, dos contextos regionais, que assinalam a vivência das desigualdades no cotidiano.

Também cabe salientar a importância das resistências sociais forjadas perante as desigualdades, uma vez que a questão social precisa ser compreendida a partir da emergência e do acesso da classe operária no cenário político. Somente a partir das lutas sociais foi possível se romper com o domínio do privado entre a relação trabalho e capital, passando a ser questão social para a esfera pública, sendo cobrado do Estado uma interferência para a legalização e reconhecimento de direitos.

A educação financeira, vista de uma perspectiva crítica está diretamente relacionada com a questão social ao se deparar com as desigualdades econômicas, culturais e políticas que são características da sociedade capitalista. Em sua vertente mais tradicional tem a tendência da culpabilização do sujeito por sua condição financeira ou seu fracasso econômico. É necessária uma compreensão do contexto da sociedade capitalista, que geram as condições econômicas, estruturais e financeiras do grupo social, especialmente os mais vulneráveis.

4.1. A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA E AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL

O evento revelou a forte conexão entre sonhos pessoais e a percepção do dinheiro entre os jovens, mas também expõe as expressões das desigualdades sociais que permeiam as experiências individuais. Embora a educação financeira seja uma ferramenta essencial para o planejamento e realização de sonhos, é preciso considerar os limites impostos pela estrutura socioeconômica em que esses jovens estão inseridos.

A representação do dinheiro revelou que muitos jovens estão em situação de vulnerabilidade e instabilidade financeira enfrentada por muitos, revelando que a falta de acesso a recursos materiais é uma expressão concreta da questão social. É necessária uma discussão sobre desigualdade social, mais aprofundada para não se limitar às experiências individuais, mas também abarcar os aspectos estruturais que levam o acesso à educação, ao emprego e à habitação.

O relato dos jovens sobre seus sonhos mostra os projetos de vida que, são restringidos pelas poucas oportunidades que possuem, mostrando que a educação necessita ser acompanhada de políticas públicas que promovam igualdade de oportunidades, acesso ao mercado de trabalho e redução das disparidades econômicas.

Dessa maneira, a palestra cumpriu um papel importante ao conscientizar sobre organização financeira, assim como mostra a necessidade de uma abordagem mais ampla, que situe a educação financeira como parte de um debate maior sobre justiça social e transformações estruturais.

5. RUBEM ALVES E EDGAR MORIN

Para uma discussão acerca da educação Financeira, buscamos a seguir uma abordagem que nos permita uma reflexão crítica acerca das dinâmicas sociais, culturais e econômicas que influenciam diretamente as escolhas dos indivíduos. Se torna importante um debate que se torne processo de conscientização acerca das desigualdades e os impactos do sistema financeiro em toda a sociedade. Rubem Alves e Edgar Morin são importantes autores que nos permite novas perspectivas para o debate.

5.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA A LUZ DE RUBEM ALVES

Para Rubem Alves, a educação deve transcender aspectos técnicos e permitir um despertar para o saber e reflexão crítica em torno da realidade, assim como a busca por autonomia. O autor defende que a educação deve valorizar o pensamento crítico, sensibilidade assim como a consciência do mundo.

Rubem Alves diz que “educar é um ato de amar”, a educação não deve ser imposta por técnicas e normas, mas permitir o despertar da curiosidade e reflexão. A Educação Financeira não deve ser proposta como transmissão de conhecimento sobre investimentos, administração de dívidas, mas como um processo de percepção sobre a realidade, contextualizado compreendendo as relações econômicas e as desigualdades existentes e as dinâmicas do consumo que envolvem a sociedade.

Rubem Alves destaca a necessidade de se estimular o pensamento e não a memorização, permitindo que o conhecimento em sala de aula seja possível se aplicar de forma prática, oferecendo ao aluno ferramentas para viver e suprir as necessidades da alma e do corpo.

A educação, na medida em que lida com a vida das pessoas e a vida do país, deve ser a área mais rigorosamente testada. É preciso que

ela seja excelente. Entretanto, é a área em que os testes são mais difíceis. Avaliações, vestibulares e provões quase nada significam: nada garante que a qualidade medida por critérios acadêmicos numéricos, consiga passar os que a vida impõe. (ALVES, 2012, p. 169)

Muitas vezes a educação financeira limita o ensino de técnicas de gestão de dinheiro e acaba desconsiderando fatores sociais e psicológicos que induzem na tomada de decisões como o consumismo extremo e as disparidades econômicas. Para Rubem Alves a educação deve questionar toda a realidade, tentando compreender as motivações que levam o sujeito às suas decisões. De acordo com Rubem Alves "O que me parece mais importante é o questionamento, o entendimento de que nada é absoluto, tudo está em construção, tudo é provisório." Dessa maneira a Educação Financeira deve convidar os indivíduos a questionar todo o sistema financeiro que o cerca, refletindo como isso reflete em suas escolhas e como acaba limitando suas possibilidades.

Dessa maneira, a educação financeira não deve ser pensada como uma habilidade individual, mas como questão social. Para Alves (2011) nos faz recordar que "a educação não é para a vida, é para a vida em sociedade", ou seja, a educação financeira deve ser vista como um projeto social e deve permitir uma reflexão sobre a sociedade em todo, em suas organizações e transformações, buscando maneiras de pensar em uma sociedade mais igualitária, onde os saberes são interligados e contextualizados. A educação em todas as suas facetas deve ser capaz de despertar o prazer e oferecer ferramentas que possibilitem suprir necessidades do corpo e da alma. Rubem Alves escreveu:

Segundo o que penso, e seguindo minha filosofia da aprendizagem, o corpo aprende apenas aquelas coisas que está em contato. A aprendizagem é uma função do viver. A gente aprende para sobreviver e para viver melhor, com alegria. Mas a vida tem a ver com a relação direta do corpo com o seu meio. Por isso a aprendizagem começa com os sentidos: o ver, o ouvir, o cheirar, o tocar, o gostar. (Alves, 2008, p156).

5.2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA À LUZ DE EDGAR MORIN

Edgar Morin é um filósofo e sociólogo francês conhecido por suas ricas contribuições acerca do pensamento complexo e reflexões sobre educação. Em suas obras Morin propõe que a abordagem educacional deve ultrapassar conhecimentos fragmentados, buscando integrar diferentes dimensões da experiência humana.

Ao se falar em educação financeira é preciso considerarmos os contextos sociais, econômicos, políticos e culturais que configuram a realidade financeira.

Para Edgar Morin:

É necessário ensinar a aprender a saber distanciar-se, saber objetivar-se e aceitar-se. Seria necessário saber meditar e refletir a fim de não sucumbira essa chuva de informações que nos cai sobre a cabeça, ela mesma sucumbida pela chuva do amanhã, que nos impede de meditar sobre o acontecimento presente no cotidiano, não permitindo que contextualizamos ou que o situamos. Refletir é ensaiar, e uma vez que foi possível contextualizar, compreender, ver qual pode ser o sentido, quais podem ser as perspectivas. Mais uma vez para mim, a linha de força de um sabedoria moderna consistiria na compreensão. (MORIN, 2005, p.64)

Para Edgar Morin (2000) que "o conhecimento não é compartimentado, não é limitado, mas interligado" e, é necessário a contextualização das informações com a realidade vivida para a resolução dos problemas. A Educação Financeira tradicional não analisa as dinâmicas econômicas globais, as desigualdades sociais, focando apenas em habilidades isoladas, como a compreensão acerca de produtos financeiros e controle de orçamento pessoal. Para Morin o saber deve ser constituído de maneira holística, integrando dimensões do saber e considerando os fatores que influenciam as tomadas de decisões.

Para Morin (2000) uma das principais características do conhecimento é sua complexidade. A educação não pode ser vista apenas como transmissão de conhecimentos, mas um processo de construção de sentidos, levando o outro a uma reflexão sobre as interconexões sobre diversos saberes.

Na Educação Financeira é essencial que o debate ultrapasse o ensino sobre como

gerir o dinheiro, buscando reflexões sobre questões sociais, políticas, econômicas, desigualdades sociais e como o marketing influencia no endividamento.

No livro os sete saberes necessários à educação do futuro, Edgar Morin propõe uma abordagem educacional que busca maneiras de enfrentar os desafios, trazendo questões para serem abordadas, como forma para promoção de uma educação mais livre e autônoma.

Os sete saberes são:

1. **O conhecimento:** Morin destaca a necessidade de ensinar que o conhecimento pode ser falho, sendo importante sempre cultivar a criticidade questionando as ideias.
2. **O conhecimento pertinente:** É necessário que a informação seja organizada de maneira analítica e sintética, dentro de contextos globais e históricos.
3. **A condição humana:** A inclusão da identidade humana deve ser incluída na educação de forma integrada, envolvendo as diversas áreas.
4. **A compreensão humana:** Compreender o outro, com empatia e autoanálise.
5. **A incerteza:** Preparar o educando para lidar com incertezas e mudanças imprevisíveis.
6. **A era planetária:** Ensinar sobre história e todas as complexidades sociais, políticas e culturais que formam a realidade atual.
7. **A antropoética:** A ética humana deve ser ensinada de modo que promova responsabilidade, participação social, buscando sempre igualdade e solidariedade.

Dessa maneira, é importante que em todas as áreas da educação seja necessário buscar a formação de pessoas críticas e conscientes, que estejam preparados para conviver com a complexidade do mundo e possam contribuir de modo crítico com as mudanças sociais, buscando uma transformação da sociedade.

6. METODOLOGIA

Foi realizada uma atividade com abordagem participativa e interativa, sendo composta por duas palestras sobre educação financeira, para dois grupos de jovens do Centro da Juventude de Pinhais, em 14 de novembro de 2024. A metodologia consistiu em momentos de compartilhamento de experiências, reflexão pessoal assim como informações técnicas e práticas, com exposição de tabelas e números, com o objetivo de promover uma aplicação prática da educação financeira na vida dos jovens.

Em um primeiro momento foi feita uma breve apresentação do projeto, assim como o assunto que seria abordado, para contextualizar a atividade.

Foi pedido que os jovens fizessem uma breve apresentação, dizendo o nome e para compartilhar um sonho pessoal, assim como uma palavra que representasse o dinheiro em suas vidas.

Diversas foram as respostas quanto aos sonhos, mencionando objetivos como comprar uma casa, uma moto, viajar e cursar graduação ou pós-graduação. Quanto à representação do dinheiro, utilizaram palavras como segurança, medo, conquistas e realização de sonhos.

Foi feita uma fala sobre a relevância da organização financeira para atingir metas pessoais.

O palestrante, Sélvio de Souza Germano, com mais de 40 anos de experiência no sistema financeiro, compartilhou sua trajetória pessoal e destacou a importância da educação financeira.

Foram abordados temas como definição de educação financeira; Estratégias para organização financeira pessoal; Introdução a investimentos; Reflexões sobre desigualdade social e sua relação com a falta de educação financeira.

Os jovens participaram ativamente, tirando dúvidas e compartilhando experiências pessoais relacionadas a dinheiro, sonhos e metas. Para finalizar

abrimos espaço para perguntas esclarecendo dúvidas específicas. A duração total de cada palestra foi de aproximadamente duas horas.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegou o momento de apresentarmos o resultado desse trabalho, que intentou uma discussão acerca de educação financeira com os jovens que frequentam o Centro da Juventude de Pinhais. Por ser um equipamento público, houve dificuldade na aproximação com o espaço assim como no andamento do trabalho. A ideia inicial era realizar algumas palestras e oficinas, no entanto, devido a demora na obtenção de autorizações, foi possível a realização de apenas duas palestras, com dois grupos em uma mesma data. Ainda assim, a participação dos jovens foi bem significativa, o que nos permite acreditar que foi possível promover uma aproximação e ampliar a compreensão acerca da temática proposta.

É possível observar que existe uma integração entre educação financeira, desenvolvimento social e juventude, e sua importância no contexto do Centro da Juventude de Pinhais. Morin (2020) nos lembra que o conhecimento é complexo e multifacetado, dessa maneira, a educação financeira além das habilidades de como lidar com o dinheiro, inclui reflexão crítica acerca de questões sociais, econômicas, ambientais e políticas, pois estas afetam diretamente o comportamento financeiro.

Alinhado com os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente assim como a Política Nacional de Juventude, o projeto buscou um espaço de formação cidadã e a promoção de um espaço produtivo para jovens em situação de vulnerabilidade. O protagonismo juvenil demonstra a importância de envolver esses jovens na construção de uma identidade cidadã e social.

Pinhais é uma cidade que, de acordo com a história e sua importância na Região Metropolitana de Curitiba, é posicionada em um espaço propício para o desenvolvimento de ações sociais eficazes, como a implementação de centros da juventude que buscam integrar educação, lazer e cultura. O Centro da Juventude traz como proposta pedagógica a convivência e o desenvolvimento integral dos usuários e, a educação pode oferecer aos jovens uma base sólida para lidar com as diversas complexidades do mundo modernos assim como suas desigualdades sociais, preparando-os para autonomia e protagonismo social.

Uma das necessidades do território é dar respostas às expressões da questão social da região o que reforça o papel do Centro da Juventude como estratégia de inclusão e suporte, sendo um espaço de referência para a promoção de políticas públicas que buscam atender diretamente as demandas dos jovens que estão em contexto de vulnerabilidade, uma vez que oferece espaço com suporte socioeducativo e também oportunidade para o desenvolvimento integral, acolhendo os jovens mas, além disso, potencializando sua capacidade e o protagonismo de seus usuários.

Um assunto que nos permite reflexões acerca da Educação Financeira é o Antropoceno, devido sua influência e dos interesses da sociedade e comunidade científica, assim como os impactos econômicos, sociais e ambientais.

A educação financeira pode vir de encontro com a ideia de ir além da capacitação dos jovens de como gerir recursos, mas também estimular uma reflexão crítica sobre os impactos que suas decisões no cenário global.

O Antropoceno, amplamente discutido entre cientistas, ambientalistas e filósofos, descreve uma época geológica em que a atividade humana passa a ter impacto sobre os sistemas naturais da terra.

Elaborado por Carl Sagan, o calendário cósmico é uma escala didática que coloca em ordem os eventos ocorridos durante os 4,5 bilhões de anos de existência da Terra.

O conceito, proposto por cientistas, indica o período em que as ações humanas começam a alterar de forma irreversível a biodiversidade do planeta, o clima e todo o ecossistema, trazendo à tona a necessidade de repensar todo o modelo de desenvolvimento.

Pela perspectiva do Antropoceno, questões acerca do consumo responsável, o uso consciente de recursos naturais e a redução do desperdício, são temas que devem ser centrais ao pensarmos a construção de um futuro mais equilibrado e justo.

Trazendo esse debate para realidade da região, é importante conectar educação financeira com os desafios ambientais e sociais de Pinhais, assim como

desigualdade socioeconômica, impactos ambientais e a vulnerabilidade das comunidades pedem soluções integradas, baseadas na conscientização e, o Centro da Juventude pode alinhar o debate sobre educação financeira a iniciativas de sustentabilidade, demonstrando como as escolhas têm um impacto direto no bem-estar do meio ambiente.

Compreendendo que o Antropoceno é um momento histórico que exige grandes mudanças urgentes na maneira como nos relacionamos com o mundo, a educação financeira ganha uma dimensão ética e ambiental, podendo incentivar jovens a adotar hábitos de consumo consciente, contribuindo com uma sociedade que respeite os limites do planeta.

Dessa maneira, é fundamental a compreensão que as escolhas feitas hoje influenciarão diretamente nossas trajetórias pessoais e além disso, o equilíbrio ambiental e social de todas as próximas gerações. É preciso se pensar em uma educação que tenha como foco a promoção da sustentabilidade, equidade e responsabilidade social.

Esse trabalho buscou contribuir para que os jovens tenham nova perspectiva sobre suas realidades, contribuindo para a autonomia, protagonismo social e senso crítico. Buscando relacionar educação financeira com questões sociais e ambientais, o projeto buscou formar uma visão ampliada e mais consciente da importância do papel de cada membro na construção de um futuro mais justo, sustentável e igualitário.

A apresentação desse trabalho ocorreu por meio de um banner apresentado na 6ª Conferência Nacional de Alternativas para a Nova Educação, realizada em Matinhos nos dias 12, 13 e 14 de dezembro de 2024. O evento contou com diversos educadores, estudantes, líderes comunitários e comunidade, estimulando debates acerca de novas práticas de ensino-aprendizagem e de uma educação transformadora.

Finalizamos citando Paulo Freire, acreditando que através da educação é possível empoderar os jovens e prepará-los para serem protagonistas em suas comunidades e na sociedade. “A educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo.”

REFERÊNCIAS

- ALVES, Rubem. **Pensamentos que penso quando não estou pensando**. 3ª edição. Campinas-SP: Papyrus, 2012
- ALVES, Rubem. **Ostra feliz não faz pérolas**. 9ª edição. Campinas-SP: Papyrus, 2008
- BRASIL. **Cartilha de Políticas Públicas de Juventude**. Secretaria Nacional de Juventude. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/juventude>. Acesso em: 05 dez. 2024.
- BRASIL. **Cartilha 10 Anos do Estatuto da Juventude**. Secretaria Nacional da Juventude, Secretaria-Geral da Presidência da República. Brasília: Governo Federal, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/juventude/publicacoes/estatuto-da-juventude/cartilha_10-anos-estatuto-da-juventude-versao-internet.pdf. Acesso em: 10 dez. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 12.010**, de 3 de agosto de 2009. Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente. Diário Oficial da União, Brasília, 2010
- BRASIL. (2007c). **Lei nº. 8069, de 13 de julho de 1990**. Retirado em 20/03/2007, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm
- BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social, 2005.
- BRASIL. **Portaria Nº 879/2001**. Diretrizes dos Centros da Juventude. Brasília: Ministério da Juventude, 2001. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/juventude>. Acesso em: 10 dez. 2024.
- BRASIL. Decreto nº 10.393, de 29 de junho de 2020. Altera o Decreto nº 7.397, de 23 de dezembro de 2010, que institui a **Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)**. Diário Oficial da União, Brasília, 2020.
- BRASIL. Decreto nº 7.397, de 23 de dezembro de 2010. Institui a **Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)**. Diário Oficial da União, Brasília, 2010.
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.
- CHESNAIS, F. **As raízes da crise econômica mundial**. Tradução de Rosa Maria Marques. Disponível em: e . Acesso em: 02/10/2012
- CHIZZOTTI, Antonio. **A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios**. Revista Portuguesa de Educação, v. 16, n. 2, p. 221-236, 2003.

DUDEQUE, Irã. **Cidade sem véus: doenças, poder e desenhos urbanos** (p.116-117). Curitiba: Champagnat, 1995.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2002.

FORMIGLI, V. L. A., Costa, M. C. O., & Porto, L. A. (2000). **Evaluation of a comprehensive adolescent health care service**. *Cadernos de Saúde Pública*, 16, 831-841.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

HAVIGHURST, R. J. (1957). *Human development and education* New York: Longmans, Green and Co. Kalina, E., & Laufer, H. (1974). **Aos pais de adolescentes**. Rio de Janeiro: Cobra Morato.

HOBSBAWM, E. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Cia. das Letras, 2007

IANNI, O. **A Questão Social**. In: **A ideia do Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992, p. 87-109.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000**, 2000. www.ibge.gov.br. Acesso em novembro 2024.

IAMAMOTO, Marilda. **A questão social: as desigualdades na sociedade capitalista**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MARX, Karl. **O capital**. (Crítica da economia política) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. Livros I e III, v. 1, 2, 4 e 5.

MDS. **Políticas públicas para a juventude e seu desenvolvimento social**. Ministério do Desenvolvimento Social, 2009. p.13.

MORIN, Edgar. **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MORIN, Edgar. **Amor, poesia e sabedoria**. Trad. Edgard de Assis Carvalho. -7ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

Montaño, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, 2009.

OCDE. **Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness**. OCDE, 2005. p. 26.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e Estado do Paraná**. Curitiba, Moinho do Verbo: 2001

SILVA, J. L.; LOPES, M. C. (2009). **Adolescência e Juventude: Aspectos sociais, psicológicos e culturais**. 2009.

WESTPHALEN, Cecília; BALHANA, Aliva Pillatti. **Formação histórica de Curitiba**. Curitiba: IPPUC, 1969.

APÊNDICE A - BANNER

CONANE
CAIÇARA6ª Conferência Nacional de Alternativas
para Uma Nova Educação
Educação Transformadora

Educação Financeira para Jovens do Centro da Juventude de Pinhais
Nazaré Aleixo Ferreira
Orientadora: Ivone Barossi.
Comitê de Mediação: Leonardo Palhares, Ane Barbara Volledo.

INTRODUÇÃO
A Educação Financeira tem alcançado visibilidade nos dias atuais, sendo reconhecida como prática para busca de bem-estar e a qualidade de vida das pessoas de distintas classes e contextos sociais. Mas acima de tudo, deve ser um processo que estimule o desenvolvimento do conhecimento, das habilidades e atitudes, buscando transformar indivíduos em pessoas críticas, informadas acerca de serviços financeiros e preparados para administrar suas próprias finanças, conscientes das influências recebidas pelas propagandas, assim como, as facilidades do mercado, como o crédito imediato, que acabam levando a um consumo desenfreado e endividamento pessoal. Dessa maneira, estamos levando a um consumo desenfreado e endividamento pessoal. Dessa maneira, estamos levando a um consumo desenfreado e endividamento pessoal. Dessa maneira, estamos levando a um consumo desenfreado e endividamento pessoal. Dessa maneira, estamos levando a um consumo desenfreado e endividamento pessoal.

PALAVRAS CHAVES: Educação Financeira, Realidade Social, Questão Social.

JUSTIFICATIVA
O dia a dia traz uma série de desafios enfrentados pelas famílias de crianças e jovens. Dentre eles, estão os a desenvolver atitudes conscientes e serem atitudes responsáveis durante a vida. Pensando na importância desse debate e, considerando a realidade dos jovens, é possível buscar maneiras de contribuir para o debate sobre educação financeira e buscar uma maior compreensão sobre a importância da organização financeira. Diante desta realidade esse trabalho de Educação Financeira para jovens e adultos do Centro da Juventude de Pinhais, nasce das observações realizadas no trabalho cotidiano, na cooperativa de créditos Cooprefri, onde a aproximação diária com os associados permitiu uma reflexão sobre a necessidade de debater sobre o assunto para permitir um melhor entendimento sobre organização financeira.

METODOLOGIA
Foram realizadas duas palestras, com a participação de dois grupos, totalizando 15 jovens, que frequentam o Centro da Juventude de Pinhais. As palestras foram conduzidas por Sallio de Souza Germano, um dos diretores financeiros da Cooprefri, com mais de 40 anos de experiência no mercado financeiro. Durante o encontro, houve a participação ativa dos jovens, que fizeram perguntas e compartilharam comentários sobre os temas discutidos, promovendo um ambiente de diálogo e reflexão sobre a Educação Financeira.

PINHAIS/PR
Até 1992, Pinhais pertencia a Piraquara e se transformou em um dos mais novos e promissores municípios do Paraná. Foi fundada como uma das melhores cidades para se investir, tem a 11ª economia do Estado e a 19ª em nível nacional. O município possui uma área de 60,92 km² e também o município mais próximo do centro de Curitiba, localizado a cerca de 9 km de distância da capital paranaense. Segundo dados do IBGE (2022), Pinhais possui 127.019 habitantes e é uma das cidades mais desenvolvidas da Região Metropolitana de Curitiba e do Paraná.

CENTRO DA JUVENTUDE DE PINHAIS
Localizado na Rua Assisfo Alves, 49 - Maria Antonieta, Pinhais - PR, 83336-130, o Centro da Juventude é destinado ao desenvolvimento integral de adolescentes e jovens, sendo oferecidas ações que promovem a convivência, a troca de experiências, a formação cidadã, atividades culturais, esportivas e de lazer, bem como, poderá ser ofertado o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Familiares e Comunitários. O público alvo são adolescentes e jovens na faixa etária de 12 a 29 anos e como público prioritário jovens de 12 a 18 anos em situação de vulnerabilidades e direitos violados.

RESULTADO
Os relatos e participações dos jovens durante a palestra demonstraram que muitos têm interesse em aprender sobre o assunto, mas enfrentam dificuldades a obter informações e até mesmo em recursos financeiros.

A abordagem prática e interativa durante a palestra demonstrou interesse dos jovens sobre os conteúdos apresentados. A troca de experiências e a contextualização da temática, realizada pelos jovens foram fundamentais para os debates.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
BRUNO, Paulo. Pedagogia do Cotidiano. 13. ed. Rio de Janeiro: Zeteo, 2014.
ALVES, Rubem. A cidadania e o direito. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
SAMANIO, M. V. A. Questão Social no Capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2008.

Fotos: Grupos de jovens do Centro da Juventude de Pinhais que participaram da palestra sobre Educação Financeira, realizada por Sallio de Souza Germano, diretor financeiro da Cooprefri, Nazaré Aleixo Ferreira, organizadora do evento e Nicole Cristina Aleixo da Silva, estagiária de psicologia e colaboradora na organização.

Figura 1 - Representação fotográfica da apresentação (2024).

Fonte: Foto tirada pelo autor na 6ª Conferência Nacional de Alternativas para a Nova Educação, UFPR Litoral, em dezembro de 2024.